



CONTRATO Nº. .../2021.

PAD Nº 13.724/2020

Minuta - Anexo VII

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº. /2021, PAD 13.724/2020 e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ** sob nº., com sede na Rua, nº , bairro, Cidade/UF/....., CEP:, telefone: (....), e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº., denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como instalação e remoção de equipamentos de ar condicionado nos prédios dos Fóruns localizados no interior do estado do Paraná e Usina Fotovoltaica em Paranavaí - PR.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto

deste contrato, será realizada por regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no item 2 do Termo de Referência - Anexo I.

2.2 - Do local da prestação dos serviços: os serviços serão prestados nos Fóruns do interior do estado do Paraná que foram divididos, geograficamente, em nove regiões, conforme tabela constante no Anexo II.

2.3 - Das peças e carga de gás:

2.3.1 - Peças de valor máximo unitário de até R\$ 100,00 (cem reais) ficarão sob responsabilidade da contratada.

2.3.2 - Peças de valor unitário superior a R\$ 100,00 (cem reais) serão pagas à contratada mediante análise e aprovação pela contratante.

2.3.3 - Da carga de gás (R22/R410 - Inverter): os custos com o gás são de responsabilidade da Contratada, fazendo parte da manutenção preventiva, corretiva e/ou instalação.

2.4 - Do recebimento do objeto: o objeto será recebido conforme disposições constantes no item 2.4 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no item 3 do Termo de Referência - Anexo I.

3.2 - A Contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA QUARTA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - A proteção de dados se dará nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e disposições constantes no item 4 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA QUINTA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A gestão e fiscalização da contratação serão realizadas por servidores formalmente designados para tal fim, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 5 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, a contar da data de assinatura do presente instrumento contratual, **de a**, podendo ser rescindido antecipadamente ou prorrogado a critério do CONTRATANTE nos termos do artigo 57 inciso II, da Lei nº 8.666/93.

6.2 - Da vigência da garantia: conforme item 3.23 do Termo de Referência - Anexo I, as peças deverão ter garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses e os serviços de, no mínimo, 3 (três) meses, contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho.....;
Nota de Empenho:, emitida em;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica: Custeio;
Código do SIASG: 2771.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total estimativo de R\$(.....) conforme proposta de preços anexa.

8.1.1 - O pagamento dos serviços será realizado conforme os serviços forem executados, sendo:

8.1.1.1 - Manutenção preventiva: o pagamento será realizado semestralmente.

8.1.2 - Manutenção corretiva e instalação/remoção/relocação dos equipamentos de ar condicionado: o pagamento será realizado mensalmente.

8.2 - Do valor estimado para custear peças de valor superior a R\$ 100,00 (cem reais), para todo o período da contratação - 30 (trinta meses):

8.2.1 - Fica estimado o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para aquisição de peças previstas no item 2.3.8 do Termo de Referência - Anexo I.

8.3 - Do Documento Fiscal

8.3.1 - O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, e encaminhado ao Gestor do Contrato através do email smin@tre-pr.jus.br ou em forma física, devendo ser entregue à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, n.º 224, Prado Velho, Curitiba/PR, aos cuidados da Seção de Manutenção de Imóveis do Interior.

8.3.1.1 - Conterá o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

8.3.1.2 - Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

8.3.1.3 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*/documentos de habilitação, para fins de contratação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

8.3.1.4 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a) CNPJ da CONTRATADA
- b) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- c) Data de emissão da nota fiscal;
- d) Discriminação dos valores;

- e) Número do contrato;
- f) Banco; Agência; Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

8.3.1.5 - A nota fiscal e a documentação para pagamento deverão ser inseridas no sistema de gestão de contratos via web, CONTRATOSGOV ou outro indicado por este Tribunal.

8.4 - Das condições do pagamento:

8.4.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo ao prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

8.4.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.4.2.1 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA: até o 5º (quinto) dia após a conclusão dos serviços.

8.4.2.2 - Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

8.4.2.2.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.4.2.3 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.4.2.3.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.4.3 - Será considerada como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 8.3.1.4.

8.4.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

8.4.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

8.4.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na eventual ocorrência de atraso de pagamento, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.5 - Da regularidade fiscal:

8.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

8.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

9.1 - Da substituição tributária:

9.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

9.2 - Dos tributos federais:

9.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

9.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

9.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

9.3 - Da retenção previdenciária:

9.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

9.4 - Da retenção do ISS:

9.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº 116/03.

9.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

9.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE E DA REVISÃO

10.1 - Os valores poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, considerando esta a data da abertura da licitação, segundo a variação do IPCA (Índice de preços do Consumidor Amplo) de cada período específico, editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

10.2 - A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses da data da proposta (data da abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

10.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio de documentação que evidenciem a majoração dos custos, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes e após ampla pesquisa de mercado.

10.4 - A revisão deferida pelo CONTRATANTE será concedida retroativamente à data em que foi protocolado o pedido pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1- O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8666/93:

a) **Advertência:** para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) **Multas**, que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5%(meio por cento) por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, sobre o valor do item correspondente - manutenção preventiva, corretiva, instalação/remoção/relocação (conforme Proposta Detalhada),

até o limite de 30 (trinta) dias;

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a prestação do serviço, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.2) Caso o gestor considere inservível o cumprimento da obrigação, será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item correspondente.

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo descumprimento de obrigações acessórias.

b.4) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato no caso de ocorrência de danos aos bens do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, caso não haja a reposição ou conserto devido.

b.5) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa na prestação dos serviços contratados, cessação na prestação dos serviços ou em razão do inadimplemento total do contrato, além da rescisão contratual.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.2 - A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item 11.1."c" poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

11.2.1 - As penas de multa moratórias e compensatórias poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.3 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

11.4 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11.5 - Durante a tramitação do processo administrativo para aplicação de penalidade ou rescisão contratual, serão consideradas eficazes as intimações e notificações encaminhadas aos endereços eletrônicos (e-mails) informados no ato de celebração do presente instrumento, bem como aqueles indicados no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

¹ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 - artigo 1.º, inciso I

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 - Ficarà o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados no art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que surta os efeitos legais desejados.

Curitiba, dede 2022.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE